



Anais da Assembléia

Nº 106

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 09 DE JULHO DE 1996

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB – 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB – 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB – 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB – 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irandi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL – 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Reny Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT – 05: Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA
DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO
REALIZADA EM 09 DE JULHO DE 1996
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Picha, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Selene, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Nerone, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessutti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Doutor Rosinha (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

Ofícios:

O F Í C I O S :

Sob o nº 1145/96, do Senhor Cándido Manuel Martins de Oliveira - Secretário de Estado da Segurança Pública, em resposta ao pedido de informações solicitado pelo Deputado Florisvaldo Fier, que pede esclarecimentos sobre "O DETRAN". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o nº 178/96, do Senhor Marcos Valente Isfer - Diretor Geral do Departamento de Trânsito, em resposta ao pedido de informações solicitado pelo Deputado Péricles de Holleben Mello, que pede esclarecimentos sobre "exigências para credenciamento de despachantes". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o nº CTL/SEEG/168/96, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei Complementar nº:

237/96: Do Poder Executivo que, altera dispositivos da Lei Complementar nº 01, de 02 de agosto de 1972, que dispõe sobre o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais - CCRF, o qual convertido em Lei Complementar tomou o nº 78. Anote-se - Arqueve-se.

Sob o nº CTL/SEEG/167/96, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO integralmente o Projeto de Lei nº 016/96, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, por julgá-lo inconstitucional. A Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 556

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal e ex-Presidente do IPASE no Rio de Janeiro, Gamaliel Bueno Galvão, ocorrido em 06/07/96, nesta Capital.

Outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09.07.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 74 anos faleceu o ex-Deputado Federal e ex-Presidente do IPASE no Rio de Janeiro, Gamaliel Bueno Galvão, dia 06/07/96.

O passamento do ex-Deputado Federal Gamaliel Bueno Galvão, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos entre os quais este Deputado.

O extinto deixou 02 filhos e 03 netos.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de Seu servo Gamaliel.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Gamaliel Bueno Galvão e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoe a família do ex-Deputado Gamaliel Bueno Galvão, para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará Seu servo Gamaliel sob sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes de nosso coração, fazendo com nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor o mistério de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Bueno Galvão endereçando e ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

PEQUEFIMENTO N° 562

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas funções e atribuições regimentais, PEQUEF, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento do Coronel Milton Mariano de Souza, ocorrido no dia 1° próximo passado, nesta Capital.

Pequer ainda que do presente se dê ciência à família, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Prof. Jorge Leitner n° 25, CEP: 85520-680, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 09.07.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

PEQUEFIMENTO N° 564

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas funções e atribuições regimentais, PEQUEF, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento de Geremias Machado do Amaral, ocorrido no dia 8° próximo passado, em Borrazópolis - PR.

Pequer ainda que do presente se dê ciência à família, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Pádio Nova Era, no Município de Borrazópolis - PR.

Sala das Sessões, em 09.07.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

PEQUEFIMENTO N° 563

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, PEQUEF, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná - SENGE/PR, alusivos à posse da sua nova Diretoria Executiva, ocorrida no último dia 5 do corrente.

Pequer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente daquele Sindicato, Senhor Carlos Roberto Rittencourt, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Mal. Deodoro, n° 211 - 7° andar, CEP 80019-320, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 09.07.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

PEQUEFIMENTO N° 565

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, PEQUEF, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao jornalista Bernardo Pittencourt Neto, alusivos à posse na Presidência do Rotary Club de Curitiba Água Verde, ocorrida no último dia 5 de julho.

Pequer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Secretaria de Comunicação Social da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 09.07.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

PEQUEFIMENTO N° 567

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, PEQUEF envio de voto de louvor ao Doutor Dálvio Zippin Filho, pela conquista da Presidência da OAB - Subseção Curitiba e Região Metropolitana, conforme disposto no Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, e que o mesmo seja enviado para a OAB Subseção Curitiba e Região Metropolitana.

Sala das Sessões, em 09.07.96.

(a) RENATO ADUP

PEQUEFIMENTO N° 561

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, PEQUEFEM à Mesa Executiva deste Poder Legislativo, com base nos arts. 135, do Regimento Interno; 74 "caput" e parágrafo único da Constituição Estadual e 5°, inciso XXVIII, o fornecimento de Certidão constando informações abaixo aduzidas, no

prazo do art. 1º, da Lei 9.051 de 18 de maio de 1995, ou seja, 15 (quinze) dias a contar do recebimento deste, sob pena de responsabilidade penal e civil.

- 1) Em relação a noticiada fraude na licitação do PROSAM I, cópias inclusas, qual a providência tomada pela Diretoria da SANEPAR?
- 2) Foi instaurado procedimento administrativo para apuração?
- 3) Foram identificados os responsáveis pela fraude?
- 4) Em caso positivo, citar o nome dos funcionários envolvidos.
- 5) Foi identificada a formação de cartel entre as empreiteiras que participaram da licitação sob nº 038/96, na modalidade de concorrência pública?
- 6) Em caso positivo, quais as medidas administrativas tomadas em relação às mesmas?
- 7) Como explica o anúncio cifrado publicado no caderno de classificados do jornal "Folha de Londrina" em 26 de maio último, pelo qual a SANEPAR transfere 17 (dezessete) lotes na Região Metropolitana de Curitiba às empresas Andraus, Edeme, Mogno, Cesbe, Ivaí, Village, e outros representantes da construção civil?
- 8) O que esclarece sobre a "informação científica" publicada na Gazeta do Paraná em 26 de maio do corrente ano, onde, por anagrama, aparecem os nomes de empresas e correspondente valor do edital de licitação, tudo de forma cifrada e coincidentemente, pela ordem, são vencedoras da licitação 038/96. Informação que é divulgada 39 (trinta e nove) dias antes da abertura das propostas.
- 9) Em relação as empresas construtoras Paraná e Ivaí Engenharia de Obras, que providências foram tomadas anteriormente em razão da notícia de irregularidades na 1ª fase do PROSAM I?

Os requerentes reiteram que a referida certidão deve ser fornecida no prazo retro aludido, posto que, a omissão representa indeferimento do pedido, propiciando a realização das medidas retro referidas.

Sala das Sessões, em 09.07.96.

(aa) ANGELO VANHONI
IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 566

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas manifestações regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de pedido de informações ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, fazendo os seguintes questionamentos:

1. quem deu a ordem para que o Comandante

do destacamento da Polícia Militar em Cambará, investigasse os políticos, os Partidos e suas atividades no município.

2. Esta atitude é isolada ou é parte de de decisão tomada em nível superior?

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 09.07.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 307/96

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Desembargador Francisco Cunha Pereira.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.07.96.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamento: Carlos Simões, Remy Borsatto, Edgar Bueno, Jocelito Canto, Ângelo Vanhoni, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Eduardo Trevisan, Orlando Pessuti, Irondi Pugliesi, José Maria Ferreira, Joel Coimbra, Sérgio Spada, Algaci Túlio, Nelson Garcia, Reto Richa, Luiz Claudio Romanelli, Renato Adur, Sâmis da Silva, Antonio Annibelli, Luiz Carlos Zuk, Irineu Colombo, Elio Rusch, Emerson Nerone, Augustinho Zucchi, Péricles Mello, Edson Lino, Miltinho Puppio, Toti Colaço, Waldir Rossoni, Luiz Accorsi, Neivo Beraldin, Caio Quintana, Cezar Silvestri, Antonio Pelinati, Nelson Tureck, Geraldo Cartário, Walmor Trentini, Marquinhos Alves, Nereu Moura, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus, Albanor Gomes, Basílio Zanusso, Edno Guimarães, Durval Amaral e Cleiton Kielse.

JUSTIFICATIVA:

O Desembargador Francisco Cunha Pereira, cujo centenário de nascimento se completa a 13 de agosto próximo, é um paranaense de coração que, moço recém-formado se integrou à vida do Paraná, aqui vindo trabalhar no exercício da função de magistrado e professor universitário, sendo o chefe de uma família ilustre de filhos e netos que se destacam no cenário de nossa terra.

Conforme registro biográfico, o Desembargador Francisco Cunha Pereira nasceu em Minas Gerais, na Cidade de Peçanha, sendo filho do Senador Simão da Cunha Pereira e de dona Eufrásia Vasconcelos Cunha. Seu pai foi contemporâneo e correligionário do Governador João Pinheiro, renovador da gestão administrativa do Estado das Alte-

rosas.

Infelizmente o Senador faleceu ainda relativamente jovem, deixando viúva com seis filhos ainda menores, e outros ainda estudantes universitários. Felizmente um dos irmãos, Edgard, palmilhou uma carreira política de sucesso, apoiado no prestígio que seu pai consolidara no interior mineiro e sendo eleito Deputado Federal, levou o jovem Francisco para auxiliá-lo na Câmara dos Deputados, então instalada no Rio de Janeiro.

Trabalhando e estudando, o moço mineiro se diplomou em Direito e, advogado, foi convidado por seus colegas de turma a vir para o Estado do Paraná, onde resultou designado para responder pelo Juízo Municipal de Clevelândia, comarca então situada nos confins do sertão sudeste, na região de divisa com a Argentina.

Ali o jovem magistrado se houve com empenho e serenidade, apaziguando conflitos e construindo uma sólida reputação que o traria sucessivamente à Comarca de Palmas, São José dos Pinhais e, depois Curitiba, onde instalou a primeira Vara de Menores do Paraná - em 1924, dois anos antes da adoção da legislação federal sobre menores.

Nessa função o Dr. Francisco Cunha Pereira permaneceu por 23 anos, sendo confirmado no cargo por ocasião da revisão judiciária empreendida em 1932 pelo então interventor Manoel Ribas, o que valeu como reconhecimento de seus méritos e qualidades. Com efeito, durante sua judicatura, o eminente magistrado tratava os advogados e promotores com esmerada educação, dirigindo-se de forma serena e bondosa mesmo aos réus a quem se via na contingência de aplicar sentenças de apenamento.

Tal padrão de conduta valeu-lhe a indicação para o Tribunal de Justiça, em 1947, numa consagração ao magistrado que honrava a toga por sua capacidade e dignidade inatas. Nos dezoito anos de exercício na Corte Superior de Justiça do Estado do Paraná, o Desembargador Cunha Pereira foi sucessivamente presidente da Câmara Criminal, vice-Presidente e Presidente, além de ter exercido por dois mandatos a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral.

Ao aposentar-se da magistratura, em 1966, continuou o eminente homenageado a se dedicar à sua segunda paixão que - ao lado da justiça - lhe empolgou o espírito: a formação dos moços. Com efeito, no final da década de 40 passou a cultivar, ao lado de outros eminentes educadores e técnicos, a idéia de construir uma segunda Escola de Direito em Curitiba, habilitada a atender ao crescente número de pretendentes à carreira das leis.

A Faculdade de Direito de Curitiba foi instalada em abril de 1950 e o Dr. Fran-

cisco Cunha Pereira foi investido como Professor Titular na Cadeira de Direito Judiciário Penal. Dois anos depois, em 1952, foi alçado à função de Diretor pela entidade Mantenedora, a Associação de Ensino Novo Ateneu, e sucessivamente reconduzido até 1977, após permanecer no posto por um quarto de século, laureado ao se retirar da militância ativa com os títulos de Professor Emérito e de Diretor Perpétuo da instituição.

Após sua aposentadoria na Justiça e retirada da vida acadêmica, o Desembargador Francisco Cunha Pereira emprestou sua contribuição para inúmeras iniciativas e esforços da comunidade, de fomento econômico e de integração social, tais como a função de Conselheiro do Banco Pamerindus do Brasil, diplomas, títulos e láureas de entidades e instituições como a Cruz Vermelha Brasileira, a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, a Creche São Judas Tadeu, entre outras.

Recebeu, sobretudo, o que considera homenagem suprema que uma pessoa possa aspirar em vida: a aposição de seu nome à Escola de Integração Profissional mantida pela Associação de Meninos de Curitiba - ASSOMA, em reconhecimento à sua dedicação à causa do menor, ao ocupar por 23 anos consecutivos, a Vara Privativa de Menores da Comarca da Capital.

O Desembargador Cunha Pereira tem, na família, outra razão de merecimento: casado com dona Julinda Ferreira da Cunha Pereira consorciou-se com uma descendente ilustre dos heróis da Lapa. Desse matrimônio o Desembargador Cunha Pereira teve filhos igualmente ilustres: Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, Advogado, Professor Universitário, Jornalista e Presidente de destacadas organizações de comunicação paranaense, entre as quais se destacam o Jornal Gazeta do Povo e a TV Paranaense Canal 12; Dr. Lincoln Cunha Pereira, que após exercer altos postos políticos e administrativos no Paraná, foi Presidente da Associação Comercial de São Paulo; Dr. João Cândido Ferreira da Cunha Pereira, médico de renome e atual Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e Senhora Maria Julinda - todos casados e com rebentos que também honram as tradições da família de que provêm.

Tais os merecimentos do eminente Desembargador Francisco Cunha Pereira, que justificam sua indicação para a Cidadania Honorária do Paraná.

PROJETO DE LEI N° 308
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade

Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Conselheiro Carrão de Assaí, com sede e foro na cidade de Assaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.07.96.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

PROJETO DE LEI Nº 309/96
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Chile, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.07.96.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

PROJETO DE LEI Nº 310/96
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Centro Espírita Alan Kardec - Mensageiro da Paz, com sede e foro na cidade de Ibiporã.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.07.96.

(a) CEZAR SILVESTRI

PROJETO DE LEI Nº 311/96
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Cascavelense de Deficientes Visuais (ACADEVI) de Cascavel, com sede e foro no Município de Cascavel.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.07.96.

(a) IRINEU COLOMEO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Cascavelense de Deficientes Visuais (ACADEVI), criada em 23 de novembro de 1989, como uma organização civil

sem fins lucrativos, tem como finalidade promover ações amplas que visem a integração das pessoas portadoras de deficiência na sociedade.

A Instituição em epígrafe, vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito humano e da solidariedade, possuindo objetivos progressistas de interesse comum, constituindo-se numa fonte de desenvolvimento social contribuindo portanto, para a melhoria da qualidade de vida dos portadores de deficiência física.

Devido aos relevantes trabalhos prestados, beneficiando e reintegrando os portadores de deficiência visual à comunidade a ACADEVI foi declarada de Utilidade Pública Municipal, pela Lei nº 2.367/93 de 20 de abril de 1993.

Face às características e postura referidas requer-se então, a declaração de Utilidade Pública Estadual da Entidade em apreço, uma vez que a mesma atende os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamentava matéria.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro Orador inscrito Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queria chamar a sua atenção um minuto apenas, porque estou trazendo a esta tribuna, um fato extremamente grave e que gostaria muito, que esta Casa tomasse conhecimento e se posicionasse para que, Deputado Alborghetti, ficasse claro aqui, se o que nós temos aqui é um fato isolado de uma autoridade num município, ou se ela é fruto de uma ação decorrente de um comando exercido a partir de uma decisão tomada em nível superior da administração pública.

Quero Senhor Presidente, Senhores Deputados ler de inteiro teor o ofício que me foi encaminhado pelo nosso candidato a prefeito do Município de Cambará, o ex-prefeito e, se Deus quiser o futuro Prefeito Mohamed Ali R..

Vejam Senhor Presidente, Senhores Deputados e Deputado Rossoni! Prestem atenção no teor deste documento, que vou ler: "Polícia Militar do Estado do Paraná - Comando do Policiamento do Interior - 2º Batalhão de Polícia Militar - Destacamento Polícia Militar Cambará. Cambará - Pr. 09/07/96. Do Comandante do Destacamento PM - Cambará ao Senhor Presidente do Diretório do PMDB. Assunto: Solicitação de dados militantes deste Partido.

1) Tem esse, a finalidade de solicitar a V. Senhoria dados dos militantes desse partido, em virtude da intensa movimentação

ção no meio político decorrente da proximidade do pleito eleitoral (Câmara Municipal e Prefeitura).

Neste ano de 1996, o qual mobilizou e mobiliza políticos da área desta companhia em novas filiações e mudanças da diretoria regional, bem como nova postura política a dos políticos, nome, endereço, telefone, fax, classe que representa, cargo que ocupa, filiação e pretensões políticas individualizadas:

2) Das diretorias regionais: endereço, fone, presidente, número de filiados, tendências políticas partidárias ou ideológicas e forma ou sistemática de filiação;

3) Principal liderança do partido.

Quem assina é Maurício Resende, 3º Sargento, Comandante do Destacamento da Polícia Militar de Cambará.

Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, todos nós aqui que vivemos e lutamos para que o estado de direito fosse restabelecido, acreditamos, que isso aqui não passa de uma atitude isolada do Comandante do destacamento de Cambará, é o que nós queremos acreditar.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, trago esta denúncia a esta Casa junto com ela um requerimento de um Pedido de Informações, dirigido ao Secretário de Segurança Pública, com duas únicas perguntas, para que se esclareça, de forma clara e objetiva a esta Casa.

1º - Quem deu a ordem para que o Comandante do destacamento da Polícia Militar de Cambará investigasse políticos, os Partidos e suas atividades no Município?

2º - Esta atitude é isolada ou é parte de decisão tomada em nível superior?

É isso que nós pretendemos saber para que o estado de direito pelo que tanto lutamos, para que as eleições que tivéssemos neste País fossem livres e democráticas, para que o povo, soberanamente, possa escolher seus governantes, possa, de fato, ocorrer em todo Paraná.

E que o Governador Jaime Lerner, como responsável que é, Comandante da PM, possa Deputado Algaci Túlio, se esse é na verdade um fato isolado, e eu quero crer que seja, para que o Governador tome imediatamente as providências para que, se isso aqui não for só em Cambará, nas outras cidades que possa estar ocorrendo, para que imediatamente se suspenda este ato de coação e de intimidação das lideranças políticas dos municípios, especialmente do Município de Cambará.

Era isso, muito obrigado, e eu espero contar com a compreensão de todos os Senhores Deputados.

cerrado o Pequeno Expediente, não há oradores inscritos no Grande Expediente.

No Horário das Lideranças concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio, as outras Lideranças declinam.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, não vou utilizar o horário todo da liderança do governo, mas diante da informação que trouxe o Deputado Romanelli, quero dizer que isso não passa por uma orientação do Governo do Estado. Seria uma infantilidade do Governador determinar que se agisse dessa forma.

Quero crer e vou pedir ao Secretário da Segurança Pública, ao Comandante da Polícia Militar, providências imediatas para que faça um levantamento e traga as informações necessárias. Isso não passa por uma orientação governamental, quero crer que seja um ato totalmente isolado deste Comandante aí. Não tem nada a ver com o Governo do Estado, isso eu queria deixar bem claro.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós também não vamos usar o espaço do PMDB, mas somente para solicitar ao Deputado Algaci Túlio e as Bancadas governistas para que nós aproveemos o requerimento pois as duas perguntas do Deputado Romanelli são facilísimas de responder, apenas dizer que não foi ordem superior, se não foi, e que é um procedimento que está sendo praticado por um comando localizado, até para tranquilizar a todos os demais Parlamentares, que isso não venha a ocorrer na área de trabalho de cada um.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Projetos necessitando de apoio dos Deputados Irineu Colombo, Deputado Cezar Silvestri, Deputado José Maria Ferreira. Apoiados.

O SR. ANTÔNIO FELINATI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para pedir que registre em Ata, quero crer que em meu nome, do Deputado Alborghetti e José Tavares, um voto de profundo pesar pelo falecimento do brilhante advogado, Vitório Constantino, da Universidade Estadual de Londrina, uma figura muito querida nos meios jurídicos e na sociedade londrinense. O pesar pelo falecimento do brilhante mestre Vitório Constantino.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente anotado, registrado e associado pela Mesa Executiva. Passamos à

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - En-

ORDEM DO DIA:

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

O SR. ANTONIO FELINATTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para pedir que registre em Ata, quero crer que em meu nome, do Deputado Alborghetti e José Tavares, um voto de profundo pesar pelo falecimento do brilhante advogado, Vitorio Constantino, da Universidade Estadual de Londrina, uma figura muito querida nos meios jurídicos e na sociedade londrinense. O pesar pelo falecimento do brilhante mestre Vitorio Constantino.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente anotado, registrado e associado pela Mesa Executiva.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 236/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 049/96, que objetiva estabelecer normas pertinentes ao sanitarismo animal no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.A.I.C. E C.S.P.. EMENDA DE PLÊNARIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA DE PLÊNARIO AO
PROJETO DE LEI Nº 236/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo do Poder Executivo, tem por objetivo estabelecer normas pertinentes ao sanitarismo animal no Estado do Paraná.

A matéria já foi objeto de análise nesta Comissão e agora retorna para receber parecer em relação à Emenda de Plenário do Deputado Irineu Colombo.

Nada encontrando que possa obstar sua

normal tramitação nesta Casa de Leis, somos de parecer favorável à mesma.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.06.96.

(aa) JOEL COIMBEA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

Apoio: Valdir Rossoni, Luiz Claudio Romanelli, Basilio Zanusso, Walmar Trentini, Geraldo Cartário, César Seleme, Nelson Justus, Orlando Pessuti e José Maria Ferreira.

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

Emenda - Aprovada, e conseqüentemente incorporada no bojo do projeto e ainda será votada em 3ª. Discussão a sua inclusão total.

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 213/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 048/96, dispõe que as instituições de ensino superior mantidas pelo Governo do Estado do Paraná (IES), ficam autorizadas a prestar serviços e/ou produzir bens para terceiros e repassar parte de receita arrecadada com essas atividades, a servidores de seus quadros, a título de pró-labore. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.E.C.E.. EMENDA DA C.E.C.E.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI Nº 213/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - As Instituições de Ensino Superior mantidas pelo Estado do Paraná (IES), ficam autorizadas a prestar serviços e/ou produzir bens para terceiros e repassar até 20% (vinte por cento) da receita decorrente, a título de pró-labore, aos servidores que efetivamente participarem das referidas atividades.

§ 1º - As atividades de prestação de serviços referem-se ao desenvolvimento de produtos, processos, sistemas, tecnologias ou assessoria, consultoria, orientação, treinamento de pessoal ou a outra atividade de natureza acadêmica, técnico-científica ou cultural de domínio das IES e de interesse para o desenvolvimento do Estado.

§ 2º - A prestação de serviços deverá ser executada por prazo determinado, atendendo aos objetivos do Ensino, Pesquisa e Extensão, incidindo em áreas ou setores de competências próprias das IES.

§ 3º - As IES não poderão contratar pessoal especificamente para o desenvolvimento de atividades de prestação de serviços.

Art. 2º - Os valores a serem repassa-

dos nos termos do caput do artigo anterior, serão provenientes exclusivamente de arrecadação financeira das próprias IES, sob o título de "Prestação de Serviços ou Produção de Bens a Terceiros" formalizados mediante a celebração de convênios, cartas-propostas, contratos de prestação de serviços, acordos de colaboração e demais formas de captação de recursos financeiros com entidades públicas ou privadas.

Parágrafo Único - As atividades de prestação de serviços somente poderão ser executadas após autorização e aprovação nas unidades competentes das IES, acompanhadas de respectivo Plano de Trabalho e Cronograma de Execução.

Art. 3º - Sobre os valores recebidos pelos servidores, incidirão os encargos fiscais devidos nos termos da legislação em vigor.

Art. 4º - As IES regulamentarão o repasse dos valores, a que se refere esta lei, por meio de ato normativo aprovado nos termos de seus respectivos estatutos e regimentos e demais combinações legais, obedecido o limite estabelecido no art. 1º.

Art. 5º - Os valores recebidos nos termos desta lei, não constituirão direitos ou vantagens incorporáveis à remuneração do servidor.

Art. 6º - Os coordenadores das atividades desenvolvidas deverão apresentar, à direção superior das suas respectivas IES, relatórios mensais dos servidores beneficiados pela presente lei.

Art. 7º - Quando as atividades de prestação de serviços e/ou produção de bens conduzirem a resultados que permitam o registro de direitos dela decorrentes, para desenvolvimento de ensino, da pesquisa e da extensão.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.05.96.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 213/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 48/96), dispõe que as Instituições de Ensino Superior mantidas pelo Governo do Estado do Paraná (IES) ficam autorizadas a prestar serviços e/ou produzir bens para terceiros e repassar parte da receita arrecadada com essas atividades a servidores de seus quadros, a título de pró-labore.

Analizando a proposição sob o aspecto legal, regimental e constitucional, esta Comissão nada encontrou que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 18.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 213/96

P A R E C E R:

A presente proposição, de autoria do Poder Executivo tem por finalidade dispor que as Instituições de Ensino Superior mantidas pelo Governo do Estado do Paraná (IES), ficam autorizadas a prestar serviços e/ou produzir bens para terceiros e repassar parte da receita arrecadada com essas atividades, a servidores de seus quadros, a título de pró-labore.

Já tendo recebido parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, nesta Comissão de Finanças, chamada a opinar, não encontrou nenhum óbice para a aprovação da matéria.

Sendo assim, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 24.06.96.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

GEFALDO CARTÁRIO - Relator

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PROJETO DE LEI Nº 213/96

P A R E C E R:

Em análise técnica processual realizada por esta Assessoria Legislativa referente ao projeto de lei oriundo da Mensagem Governamental nº 048/96, que dispõe que as Instituições de Ensino Superior, mantidas pelo Governo do Estado do Paraná, ficam autorizadas a prestar serviços e/ou produzir bens para terceiros e repassar parte da receita arrecadada com essas atividades, a servidores de seus quadros, a título de "pró-labore", concluímos que o mesmo está em perfeita sintonia com o disposto no art. 65, da Constituição do Estado do Paraná.

Diante do exposto, entendemos que o projeto de lei em análise está em condições de passar pelo crivo das seguintes Comissões componentes: Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Finanças e Comissão de Educação, Cultura e Esportes.

E o parecer.

(aa) HILDA MARIA CESAR DE OLIVEIRA

Advogada O.A.B./PR nº 11.192

SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR

Diretor Legislativo

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,

CULTURA E ESPORTES

PROJETO DE LEI N° 213/96

Autor: Deputado Péricles de Holleben Mello

P A R E C E R:

Para análise desta Comissão o projeto de lei de autoria do Poder Executivo que regulamenta a prestação de serviços e/ou produção de bens pelas Instituições de Ensino Superior.

A atual situação de penúria das Instituições de Ensino Superior - IES, mantidas pelo Estado, demonstra o descaso dos governos com a educação. Nessa situação de penúria uma das facetas é o baixo salários dos docentes e servidores das IES e das escolas de 1° e 2° graus.

Os docentes das IES tem claro que não será a cobrança pelos serviços prestados que resolverá os problemas financeiros das mesmas, nem os seus.

Por outro lado o projeto de lei em questão estará regulamentando uma situação que já ocorre nas IES - a cobrança por serviços - e que, atualmente, enfrenta problemas junto ao Tribunal de Contas do Estado por falta de amparo legal.

Ao mesmo tempo a cobrança pelos serviços prestados caracteriza uma bitributação, uma vez que a população já paga impostos os quais deveriam manter as atividades das IES, principalmente, os serviços oferecidos nas áreas mais carentes, a exemplo dos Hospitais Universitários.

O projeto de lei em análise contém algumas imperfeições que comentaremos a seguir:

1° - o artigo 1° ao estabelecer o repasse de até 20% da receita decorrente dos serviços prestados e/ou bens produzidos aos servidores que efetivamente participarem das referidas atividades, engessa a Administração Universitária considerando que existem situações diferentes entre as IES e dentro das IES. Ao estabelecer o pagamento de pro-labore aos servidores que participarem das atividades se criará setores privilegiados dentro das IES, em detrimento de outros cujos serviços imediatos não são requisitados pela comunidade e/ou empresas.

Dai acreditarmos que a melhor solução é deixar o critério de remuneração a cargo dos respectivos Conselhos Universitários (emenda anexa).

Face o acima exposto e com o objetivo exclusivo de regularizar uma situação já existente, somos de parecer favorável ao mesmo, condicionado à aprovação das emendas anexas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.06.96.

(a) PÉRICLES MELLO

Presidente e Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA AO

PROJETO DE LEI N° 213/96

Substitua-se o artigo 1° do projeto em referência pelo seguinte:

"Art. 1° - As Instituições de Ensino Superior mantidas pelo Estado do Paraná (IES), ficam autorizadas a prestar serviços e/ou produzir bens para terceiros e repassar parte da receita decorrente aos seus servidores, mediante regulamentação de seus Conselhos Universitários."

Sala das Comissões, em 19.06.96.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA

PÉRICLES MELLO

RENATO ADUR

EDUARDO TREVISAN

BÁSILIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Em discussão com a comunidade universitária foi constatada que a realidade das IES paranaenses é muito diversificada e que a fixação do percentual de 20% para repasse será uma maneira de engessar a administração universitária e tolher a sua autonomia. Considerando, ainda, que os diversos serviços prestados pelas IES, por serem diferenciados, merecem tratamento distinto.

EMENDA SUPRESSIVA AO
PROJETO DE LEI N° 213/96

Suprima-se do artigo 4° do projeto em referência a seguinte expressão:

"obedecido o limite estabelecido no artigo 1°."

Sala das Comissões, em 19.06.96.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA

PÉRICLES MELLO

RENATO ADUR

EDUARDO TREVISAN

BÁSILIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Em consonância com a Emenda Substitutiva ao artigo 1° do projeto em referência a expressão a ser suprimida pela presente emenda deixa de ter sentido.

Em votação o Projeto.

O SR. PÉRICLES MELLO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, peço uma informação da Mesa. Nós entramos com uma Emenda a este Projeto. O Senhor poderia me esclarecer se vai ser votada hoje a Emenda ou se vai ser encaminhada para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Hoje votaremos a Constitucionalidade do Projeto e amanhã a Emenda da Comissão de Educação que já está anexada ao Projeto.

O SR. PÉRICLES MELLO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Nós vamos votar favorável a esse pro-

jeto, com muito receio. Na verdade, estamos diante daquilo que se diz escolha trágica. Esse Projeto, do Ponto de vista filosófico, acaba com a Universidade em Constituição, porque a Universidade não pode ser tratada como uma Instituição prestadora de serviços para poder ter recursos, para gerir as suas necessidades.

Já falei, na semana passada, da tribuna da Assembléia Legislativa, que o Governo está asfixiando as Instituições de Ensino Superior. E por isso, dada essa difícil situação, os próprios reitores e professores acabaram concordando com o Projeto que filosoficamente não tem nada a ver com a Universidade, porque a Universidade só existe enquanto tal. Na medida em que ela for lugar do livre pensar - em que as pessoas possam receber um salário digno, professores, funcionários, para poder criar um saber novo, um saber que provoca um desenvolvimento autônomo do nosso país e de cada região em que a Universidade está inserida. No entanto, dado a asfixia que se encontra a Instituição de ensino superior, nós vamos votar favorável a esse projeto que está em 1ª Discussão, e amanhã, estamos propondo uma emenda para que se dê autonomia completa aos Conselhos Superiores das Entidades das Universidades do Paraná e das Faculdades, para que elas decidam a forma de reger esses recursos, se vão criar bolsas de pesquisas, bolsa de intenção para os seus quadros, elas é que vão decidir.

Então, nós entramos com essa emenda e vamos esperar amanhã que os Senhores Deputados aprovem a emenda na Comissão de Justiça e Pedação.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra para encaminhar ao Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, da mesma forma, nós queremos manifestar o nosso integral apoio ao Projeto de Lei nº 213/96, oriundo de Mensagem do Governo do Estado, visto tratar-se de uma antiga reivindicação, de uma antiga aspiração das universidades estaduais, e das demais Instituições de ensino Público do Estado do Paraná.

Não tenho dúvida Senhores Parlamentares, que essa proposta vem de encontro as aspirações do corpo funcional das nossas universidades, que poderão através dessa sistemática de prestação de serviços, conseguir novos e importantes recursos para a manutenção das nossas Instituições, bem como também para melhorar através do pró-labore os mínguaos salários hoje pagos àqueles que atuam nas universidades e nas

Instituições de Ensino Superior de um modo geral. Portanto, têm o nosso apoio nós já estivemos discutindo esse assunto principalmente com os representantes da Universidade Estadual de Londrina, que estiveram em nosso Gabinete, mas em outras oportunidades quando estivemos conversando com a Universidade de Ponta Grossa, com a Universidade de Maringá, e com alguns dirigentes de faculdades estaduais isoladas, também ouvimos essa reivindicação. Então têm o nosso apoio, e quero acreditar que a emenda proposta pelo Deputado Péricles, também vem de encontro com os interesses das Instituições de Ensino Superior do nosso Estado. Portanto, o nosso voto é favorável e esperamos que os Senhores Deputados também manifestem dessa forma.

O SR. JOCELITO CANTO (Para encaminhar) -

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós queremos também seguir o exemplo do Deputado Péricles, do Deputado Pessuti, e no momento em que a nossa Universidade passa por um momento difícil, momento em que as Universidades do Paraná e principalmente Ponta Grossa passa por essa grande dificuldade, quero dizer que junto com o Deputado Péricles somos favoráveis a sua emenda e votaremos de acordo com a Emenda proposta pelo nosso companheiro Deputado Péricles que tem se dedicado principalmente ao ensino superior, e também tem trabalhado no sentido na Comissão de Educação pelo bem do Magistério do Estado do Paraná. Portanto, Sr. Presidente, quero declarar aqui, que nós concordamos plenamente com a emenda do Deputado Péricles e votaremos de acordo como ele acaba de falar.

Era isso Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em votação o Projeto de Lei nº 213/96. Srs. Deputados que aprovam. Aprovado.

O SR. CLAUDIO ROMANELLI - Sr. Presidente, gostaria que registrasse o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Voto contrário do Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Sobre a mesa, Requerimento nº 556, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 561, de autoria dos Srs. Deputados Angelo Vanhoni e Irineu Colombo, constante do expediente. A C.C.J. para opinar sobre a aprovação do presente no período extraordinário.

Requerimentos nºs 562 a 565, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 566, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. A C.C.J. para opinar sobre a aprovação do presente no período extraordinário.

Requerimento n° 567, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 236/96.
- 2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 213/96.
- 1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 257/96 a 260/96 e 279/96.

Levanta-se a sessão.

Ata da Comissão:

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de julho de um mil, novecentos e noventa e seis na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão, sob a Presidência do Deputado Péricles Mello e com presenças dos Senhores membros da Comissão. Havendo número legal deu por aberta a presente reunião com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 132/95 de autoria do Deputado Eduardo Trevisan. Relator: Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei n° 010/96 de autoria do Deputado Walmor Trentini. Relator: Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, da qual para constar lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Richard Ruppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) PÉRICLES MELLO - Presidente
Richard Ruppel Sotto Maior - Secretário